

AUTOETNOGRAFIA E VISIBILIDADE DE MULHERES PESQUISADORAS

Cláudia da Silva Pereira¹

Marcella Silva Azevedo²

Resumo: O objetivo é enfrentar a autoetnografia, à luz de trabalho de campo realizado pelas autoras, a fim de estabelecer um diálogo com os preceitos desta prática, concentrando a discussão em torno de um aspecto central para a etnografia: a reflexividade científica. Busca-se uma definição e crítica da autoetnografia em Caroline Ellis (1999), entre outros autores. Os contextos específicos das pesquisas em questão não contemplavam a autoetnografia como caminho metodológico possível, mas ela se impôs como uma alternativa para que se incluísem dados observados na vida privada das investigadoras, os quais envolvem filhos, suscitando questões éticas, de resistência e de gênero.

Palavras-chave: Maternidade; Autoetnografia; Reflexividade científica.

Abstract: The main goal of this article is to face autoethnography, in the light of a fieldwork carried out by the authors, in order to establish a dialogue with the practice concentrating the discussion around a central aspect for ethnographer: scientific reflexivity. A description and critical perspective of autoethnography is sought in Caroline Ellis (1999), among other authors. The specific context of the researches in question did not contemplate autoethnography as a possible methodological path, but it imposes itself as an alternative to include data observed in the private life of the researchers, which involve their children and raises ethical, resistance and gender issues.

Keywords: Motherhood; Autoethnography; Scientific reflexivity.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

1 Doutora em Antropologia Cultural pelo PPGSA (IFCS-UFRJ). Pesquisadora e Professora Associada do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da PUC-Rio. E-mail: cacau2silva@gmail.com. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0002-5382-130X>>.

2 Doutora em Comunicação pela PUC-Rio. E-mail: msazevedo@globo.com. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0002-7860-3704>>.

Introdução

O presente artigo não se coloca nem a favor, nem contra a autoetnografia. O que se pretende é estabelecer uma discussão sobre uma prática antropológica que não é consenso no campo, muito ao contrário. Trata-se de tema ainda bastante controverso. Mas tudo o que se coloca como controverso se coloca também ao debate. A partir da experiência da primeira autora em incursão acadêmica fora do país, a autoetnografia se impôs como alternativa para que fossem contemplados, nas pesquisas, dados observados em sua vida privada, os quais envolvem suas filhas, suscitando questões éticas, de resistência e de gênero a serem discutidas.

Trazemos aqui um ensaio de natureza metodológica, porém com atravessamentos de perspectivas de gênero, já que se constituem a partir de nossas posições como mulheres, mães e pesquisadoras. Tomando-nos por “mulheres”, estaremos longe de desprezarmos todas as implicações interseccionais de classe e de raça que possam colocar-nos em um lugar até privilegiado entre outras acadêmicas. Somos brancas e nossos relatos se referem a (1) experiência adquirida fora do Brasil e (2) a vivência do isolamento social imposto pela pandemia do Covid-19, em casa, com a família, sem a necessidade de se trabalhar fora, o que já implica, por si só, num contexto que conduz a um determinado olhar, o qual não deve ser generalizado. Ainda assim, acreditamos que este artigo pode contribuir para uma reflexão sobre a necessidade de uma afirmação feminista em contexto de pesquisa etnográfica, começando pelas escolhas metodológicas.

O maior desafio do contexto que será relatado na próxima seção foi o de descolarmo-nos de preceitos já tão arraigados nas ciências sociais que dizem respeito à objetividade e à reflexividade científica. Ao mesmo tempo, colocamo-nos sempre na escuta daquilo que o campo nos “fala”, nos revela, nos apresenta. Seguir o caminho da imprevisibilidade do campo parece ser uma forma de objetividade, afinal. Obedientes a esses dois princípios, o da reflexividade científica e o da observação e escuta atentas aos dados empíricos, vimo-nos diante de um curioso lugar, o qual nos colocou em situação bastante próxima, praticamente análoga, à de informantes. Mais do que *insiders*, vivenciamos a experiência de encontrar, dentro de nossa vida familiar, as dinâmicas sociais mesmas que nos dispúnhamos a observar: éramos mães de adolescentes que se encontravam no recorte exato dos objetos de nossas pesquisas. Foi assim que a autoetnografia se colocou como uma prática metodológica que possibilitaria um maior exercício de nossas subjetividades, as quais deixaram de ser algo a ser evitado, em benefício dos resultados das duas pesquisas.

Não raro, mulheres são impulsionadas por uma necessidade de resposta a situações que se erguem por força da “dominação masculina” e também da “violência simbólica” que dela invariavelmente decorre (Bourdieu, 1999) – este artigo embute este tipo de resposta, num certo sentido. Provocada por um antropólogo, uma das autoras deste texto se pôs a refletir sobre o seu lugar como pesquisadora e mãe. Na ocasião, ele perguntou: “Você tem três filhas, como seria possível estar disponível para se dedicar a uma etnografia?”. E faltou-nos impulso, e talvez coragem, para devolver a pergunta: “Se eu fosse antropólogo e pai de três filhas, você me perguntaria isso?”.

○ objetivo deste artigo é enfrentar alguns pontos de vista relacionados à autoetnografia à luz do trabalho de campo realizado, a fim de estabelecer um diálogo com autoras e autores, concentrando a discussão em torno de um aspecto central para o ofício do etnógrafo: a reflexividade científica.

1 Algumas questões sobre o lugar das mulheres na ciência

Antes de seguirmos para discussões acerca da autoetnografia e de seu papel na experiência de mães-pesquisadoras, é importante levantar algumas questões sobre os papéis de gênero na pesquisa científica no Brasil.

○ levantamento sobre artigos científicos que discutem a temática aponta para uma predominância de trabalhos de áreas do conhecimento ligadas a ciências exatas e tecnológicas. Encontramos poucos que discutem as desigualdades de gênero dentro das ciências sociais. Escolhemos dialogar com autoras que privilegiam o gênero e a maternidade no campo científico. Alguns desses artigos serão explorados mais adiante.

Dados do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) apontam para uma enorme desigualdade de gênero na distribuição de Bolsas de Produtividade em Pesquisa (PQ), concedida a pesquisadoras e pesquisadores com nível de Doutorado, com vínculo com Programas de Pós-Graduação do país. Em 2015, eram 35,5% de mulheres bolsistas e 64,5% homens bolsistas³.

○ estudo publicado em 2017, “*Gender in the Global Research Landscape*”, realizado pela Elsevier’s Research Intelligence⁴, revela que, entre 2011 e 2015, 49% do total de pesquisadores do Brasil são compostos por mulheres; e que 49% dos artigos publicados nesse mesmo período tiveram mulheres como autoras ou primeiras autoras.

3 Disponível em: <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/mulher-e-ciencia/tab_291.xls>. Acesso em: 01 de dezembro 2022.

4 Disponível em: <https://www.elsevier.com/_data/assets/pdf_file/0008/265661/ElsevierGenderReport_final-for-web.pdf>. Acesso em: 01 de dezembro de 2022.

A pesquisa de Jaroslava Varella Valentova *et al.* (2017) colabora para um olhar mais amplo sobre as posições hierárquicas ocupadas por mulheres no campo acadêmico, considerando dados do CNPq e da Academia Brasileira de Ciências (ABC) no período de 2013 e 2014. Entre bolsistas PQ, mulheres cientistas obtiveram mais financiamentos no nível mais básico (PQ2), enquanto homens foram contemplados nos dois níveis mais altos dos quatro possíveis (PQ 1A, 1B, 1C e 1D). Os resultados deste estudo também mostram que apenas 14% dos membros da ABC eram mulheres, as quais contam com apenas 3,7% de representatividade nas áreas de Humanidades e Ciências Sociais Aplicadas, muito pouco se compararmos com Ciências Exatas e Biológicas, que somam quase 55% de representatividade feminina dentro da associação.

Apenas a partir desses dados já é possível chegar à constatação da equilibrada participação das mulheres na produção científica no Brasil, se comparada com a dos homens, porém há uma lacuna no estímulo para suas pesquisas, considerando que os financiamentos parecem não acompanhar suas trajetórias acadêmicas e nem seus níveis de produtividade, apontando para uma enorme desigualdade de gênero na distribuição de bolsas e apoios financeiros. Chama atenção também a ausência de mulheres em posições de poder: Carolina Almeida (2018) afirma que, em 102 anos da ABC, nunca uma mulher assumiu a presidência; e; no CNPq, em 66 anos de existência, também nenhuma mulher ocupou esse lugar. Em universidades federais, somente 28,3% são reitoras. Vale destacar que, pela primeira vez, em 2023, o Brasil tem uma mulher à frente do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, a ministra Luciana Santos.

Ainda segundo a matéria de *O Globo* (Almeida, 2018), uma pesquisa conduzida na UFRGS, por sua vez, procurou medir o quanto a maternidade afeta a carreira da mulher cientista e o impacto é tão grande que 25% delas não têm filhos e uma parcela decidiu não ter ou ter apenas um para conseguir avançar na carreira.

Lígia Araújo e Luciana Manzano (2020) propõem a construção do percurso de constituição do que as autoras denominam de “maternidade na ciência”, retomando o conceito de “dispositivo” de Michel Foucault. O texto apresenta o conjunto de acontecimentos e de discursividades que levaram à circulação da temática da maternidade no meio científico, cuja gênese de tal discurso, de acordo com as autoras, se deu na aprovação da lei que deu direito à licença maternidade às bolsistas de pesquisa em 2017. Os dispositivos que trouxeram ao campo acadêmico a “maternidade na ciência” incluem o debate nas redes sociais online, os espaços de interlocução e de

discussão acerca dos direitos das pós-graduandas, inclusive um congresso em que filhas e filhos tiveram espaços de permanência, enquanto suas mães participavam das atividades programadas, segundo as autoras.

A inclusão da figura da filha e do filho na vida acadêmica não se mostra apenas um acontecimento pragmático, é, antes de tudo, uma atitude política. Nesse sentido, como procuramos demonstrar mais adiante neste artigo, as autoetnografias empreendidas pelas autoras são também políticas, atos de resistência, no sentido de não desprezarem o contexto das relações entre mães e filhas, e filhos, como um dado importante e fundamental, considerando que se trata de estudos sobre adolescência.

Eneida Santiago (2022) também aborda a desigualdade de gênero na maternidade em sua articulação com a ciência e defende que ela decorre da falta de políticas de ensino superior e de ações institucionais que acolham as necessidades de mulheres cientistas que são mães, e seus impactos. A autora ressalta a reprodução dos papéis de gênero tradicionais, em que a esfera privada deve ser ocupada pela mulher e a pública, pelo homem, o que reforça a exclusão feminina da ciência, já que, para Santiago (2022, p. 72), “Ao longo dos últimos duzentos anos, o campo científico, representado pelas universidades e institutos de pesquisa, se sustentou no pilar de que fazer ciência requer dedicação integral e absoluta”. Tal dedicação “integral” e “absoluta” pressupõe disponibilidade incondicional e total para o desenvolvimento de pesquisa, para a escrita de artigos e livros, para a participação em congressos e para a permanência em universidades em outras cidades e países. Pressupõe, também, uma disponibilidade mental e intelectual que deveria preservar energias para o que de fato é, do ponto de vista do *ethos* acadêmico masculino e masculinizante, mais produtivo e importante, ou seja, o exercício da leitura de livros, artigos, dissertações, teses e toda sorte de textos científicos. A família e os filhos, nessas circunstâncias, retirariam da pesquisadora o seu foco.

Pierre Bourdieu (1999) nos apresenta a “dominação masculina” como uma força social que coloca as mulheres em lugar de “dominadas” e, portanto, destituídas de maiores possibilidades na disputa por colocações hierárquicas de poder no campo. Os discursos que reproduzem estereótipos da mãe que fica em casa cuidando da família, assim como as faltas constatadas em instituições de ensino superior e de pesquisa que impossibilitam o pleno desenvolvimento das mulheres como cientistas seriam, assumindo o ponto de vista de Bourdieu (1999), uma “violência simbólica” que as perpetram, podemos afirmar, ao que aqui chamamos de enclausuramento intelectual, que nos aprisiona, como mulheres, a uma vida profissional que excluiria, ou invisibilizaria, a maternidade.

O artigo de Gabriela Ferreira, Alicia Aparecida de Souza e Camila Silveira (2020, p. 185) situa-se na área das ciências exatas, onde a desigualdade de gênero se evidencia mais, e aponta para a naturalização do machismo no meio científico: (...) o machismo está fortemente presente e naturalizado na cultura científica, mas de forma mais sutil do que explícita, deixando que os pequenos sexismos diários passem despercebidos, o que implica em obstáculos às mulheres e determina seus caminhos por meio de diversos artifícios mantenedores de suas posições de inferioridade.

Apesar do olhar voltado para as ciências exatas, os “pequenos sexismos diários” se enunciam também nas demais áreas científicas, pois eles não se estabelecem somente nas classificações formais e institucionalizadas do saber, mas também na cultura hegemonicamente incrustada em atitudes que se reproduzem de modo quase invisível nas dinâmicas de interação, quando, por exemplo, as mulheres são interrompidas em suas exposições públicas de pensamento ou quando são submetidas a explicações a respeito de temas que elas próprias dominam. Ou, ainda, quando são questionadas sobre sua disponibilidade de tempo, ou capacidade de produtividade, já que são mães — o que se expressou na pergunta do antropólogo, a qual inspirou este artigo.

Em outro texto, Santiago (2020) recorre metodologicamente a arquivos pessoais, que incluem anotações em caderno de campo, cartas, bilhetes, ou seja, tudo o que é não-científico, para elaborar sua discussão sobre a neutralidade de gênero como um “engodo” que reforça a ciência como um espaço de dominação masculina. A autora defende que há, ou deveria haver, gênero na ciência. Suas experiências na pesquisa etnográfica, presentes nos arquivos pessoais, se colocam em contraste com o que chama de “sub-representação e invisibilidade das mulheres nas produções etnográficas” (Santiago, 2020, p. 2020), em que, por muitas vezes, homens construíram pesquisas e discursos sobre as mulheres, sem as incluírem. E um dos fragmentos mencionados e abordados por Santiago foi um parecer dirigido a um de seus textos, no qual a autora usava o gênero feminino de modo claro no artigo, propositalmente, o que fez com que a pessoa que avaliava passasse a dirigir-se a ela também no feminino, o que ressalta os protocolos de objetividade da escrita científica mais tradicionais, que nos ensinam a escrever no masculino como um sinal de neutralidade.

Dialogando com esta autora, chamamos atenção para dois pontos: o primeiro é metodológico, considerando que os arquivos pessoais que servem de fonte para a elaboração do texto de Santiago (2020) aproximam-se de uma abordagem autoetnográfica, já que são registros de experiências pessoais, permeadas por sentimentos e impressões subjetivas. O segundo

ponto é tal neutralidade masculina na escrita científica, que leva a uma invisibilidade da condição feminina, que muitas vezes se impõe, mesmo que inadvertidamente, no trabalho de campo, para falar de etnografia. Se há invisibilidade nos discursos acadêmicos, no dia a dia o fato de ser mulher traz, por vezes, uma visibilidade indesejada, impedindo até mesmo a perseguida neutralidade dentro de determinados grupos a serem observados.

Em contextos mais desafiadores, como o do isolamento social imposto pela pandemia do Covid-19, as dificuldades enfrentadas pelas mulheres, mães e pesquisadoras ficam ainda mais destacadas. Staniscuaski *et al.* (2021), em questionário online respondido por 3.345 pesquisadores brasileiros, entre abril e maio de 2020, concluíram que mães brancas e mulheres negras — independentemente de serem mães ou não — foram os grupos que apresentaram maior impacto negativo com relação à produção acadêmica durante a pandemia, em especial no que tange à submissão de manuscritos e cumprimento de prazos (percentual de pesquisadores que submeteram seus trabalhos na pandemia conforme planejado: 68,7% dos homens em comparação a 49,8 das mulheres; 56,4% das mulheres sem filhos em comparação a 47,4% das mulheres com filhos; e 70,4% dos homens brancos em oposição a 47,3 % de mulheres negras). Entre as razões apontadas estão fatores como a desigualdade na distribuição das tarefas domésticas e de cuidados com os filhos, o impacto da suspensão das redes de apoio como as creches, o fechamento das escolas por longos períodos no país, e a necessidade de acompanhamento e supervisão das crianças mais novas em aulas remotas.

Para efeito de síntese desta seção, entendemos que a condição de desigualdade de gêneros dentro do campo científico, expressa no descompasso entre o equiparado volume de produção científica das mulheres e dos homens de um lado e, de outro, a escassa concessão de financiamentos para as pesquisadoras, deveria incentivar uma conformação teórico-metodológica mais favorável. Os estudos feministas, há tempos, promovem autoras como as referências bibliográficas dominantes. Porém, nem todos consideram o método, de igual forma, como um dispositivo de construção de discursividades sobre a condição feminina. A autoetnografia pode ser um desses caminhos possíveis.

2 Resistindo à autoetnografia

Será apresentado, nessa seção, um relato sobre as experiências das autoras como pesquisadoras, a fim de contextualizar as questões que surgem no embate com a autoetnografia, suas possibilidades e limitações.

O primeiro relato diz respeito a um período de permanência em Portugal entre os meses de agosto de 2018 e janeiro de 2019, para a realização de um estágio pós-doutoral por uma das autoras, que decidiu levar as três filhas junto.

Antes, um preâmbulo: a primeira gravidez aconteceu em 2001, durante o mestrado. A filha mais velha nasceu no mês de outubro. Antes do nascimento, com a enorme barriga que se pronunciava também em sala de aula, chamando a atenção de colegas mais jovens, e também de professoras e professores, que estranhavam aquele corpo, a então aluna de pós-graduação se viu desestimulada a continuar o seu percurso, inclusive pelas docentes mulheres, o que poderia ser inesperado e indesejado: “é melhor trancar o curso, você não vai conseguir”, “eu sempre digo para as minhas alunas, não se separe nem tenha filhos durante a pós-graduação”, entre outras frases de desincentivo. Mesmo assim, a defesa da dissertação de mestrado aconteceu no prazo. A maternidade era um empecilho para o desenvolvimento da pesquisa, do ponto de vista daquelas docentes, mas a expectativa foi frustrada.

Nos seis meses do pós-doutorado, retomando o relato, deu-se a pesquisa com adolescentes brasileiros imigrantes que se misturou com a rotina de suas três filhas em outro país.

Entre agosto de 2018 e janeiro de 2019, realizou uma investigação em Portugal, como parte de um pós-doutorado, realizado no Instituto de Ciências Sociais (Universidade de Lisboa), sob a supervisão do Professor José Machado Pais. Inicialmente, o projeto de pesquisa previa uma comparação entre jovens brasileiros residentes em Lisboa e jovens portugueses residentes no Rio de Janeiro, buscando compreender de que modo se dá sua socialização e sua sociabilidade numa nova, e muitas vezes inesperada, condição de vida. Porém, quis o destino que ela estabelecesse residência temporária na Costa da Caparica, que fica no concelho de Almada.

O concelho de Almada, de acordo com o Censo de 2011 português, contava com um total de 4326 brasileiros residentes, ou seja, quase 50% do total de estrangeiros que escolheram a região para viver. Na Costa da Caparica concentrava-se, naquele momento, a maior densidade populacional estrangeira de Almada, com aproximadamente 11% deste grupo, ou seja, cerca de 1200 estrangeiros – pode-se arriscar uma rápida projeção e afirmar

que havia, nesta freguesia, pelo menos 600 brasileiros morando ao longo de suas praias. De um modo geral, o Censo de 2011 revelava, ainda, que 5% de seus 13 mil habitantes, mais precisamente 701 em números absolutos, eram jovens de 14 a 19 anos. Diante dos números, o lugar mostrou-se muito mais interessante para os seus objetivos do que Lisboa. Deixou, então, “o campo falar”.

Diante desta realidade encontrada no campo e dos recursos que, na ocasião, se apresentaram, foram feitas, então, algumas mudanças no desenho metodológico e recorte iniciais do projeto. Sendo assim, a pesquisa incluiu a aplicação de 167 questionários em duas escolas na freguesia da Costa da Caparica e em uma escola secundária em Lisboa. Além disso, foram realizadas seis entrevistas em profundidade com adolescentes de 14 a 19 anos, imigrantes brasileiras e brasileiros, que estudam e, a maioria, que residem na freguesia há menos de 2 anos.

E foi assim que se mudou do Rio de Janeiro, com suas três filhas, de 10, 15 e 17 anos à época da viagem, para a Costa da Caparica. Um mês antes de chegarem, já tinham todas as informações com relação aos procedimentos necessários para matriculá-las em suas respectivas escolas, que já haviam sido “visitadas” por elas, por meio da internet. A primeira providência exigida foi o registro do NIF – Número de Identificação Fiscal. Para tanto, precisariam que algum cidadão português aceitasse se responsabilizar por todas, já que não tinham o documento mais importante em Portugal, o “Cartão Cidadão”, similar aos nossos RG ou CPF. Ainda no Brasil, uma amiga, também pesquisadora, ajudou neste processo, ao indicar uma pessoa de sua confiança que muito prontamente as acompanhou até o órgão público que emite o documento, que eles chamam de “Finanças”. Outro documento necessário era o registro na “Junta da Freguesia”, uma espécie de subprefeitura que encontramos nas cidades brasileiras. Lá, tiveram que declarar seu endereço e ainda conseguir duas testemunhas para assinar o documento. Tais testemunhas deveriam ser cidadãos portugueses e eleitores da própria Freguesia da Costa da Caparica. Esta tarefa não foi tão fácil como a anterior. Tiveram que percorrer as ruas do lugar, abordando pessoas em clínicas, lojas, praças, solicitando ajuda. Muitas delas apenas trabalhavam na Freguesia, mas não votavam lá. Outras não quiseram ajudar. Mas boa parte daqueles que abordaram mostraram-se solidários. A funcionária de uma clínica assinou o documento. Outra indicou-lhes uma conhecida que, por 10 euros, poderia também assinar. Mas, depois de algumas tentativas, em um intervalo de 3 horas de busca, conseguiram a segunda assinatura, a nenhum custo. Imediatamente, deram entrada no pedido de registro da Junta da Freguesia, que lhes forneceria a declaração, necessária para a escola, de que

residiriam no lugar. Mais uma terceira providência era necessária, a carteira de vacinação portuguesa: deveriam comparecer à Unidade de Saúde Familiar (USF) para fazer a solicitação. Em uma semana, conseguiram o documento.

Com tudo em mãos, puderam, então, comparecer ao Agrupamento das Escolas da Freguesia para, finalmente, efetivar a matrícula das três filhas. O Agrupamento reúne as escolas por níveis e por localidade. No caso do nível secundário, há ainda algumas escolas que oferecem algumas áreas específicas, que os alunos podem escolher, e outras que não oferecem, o que os obriga a se deslocar para mais ou menos longe de seus endereços, para outro Agrupamento Escolar.

Porém, é preciso voltar ainda um pouco mais no tempo para que se possa descrever o que aconteceu antes, quando decidiram que iriam para Portugal, em março de 2018. Desde então, passaram a buscar todas as informações possíveis e disponíveis na internet, desde os lugares para estabelecer moradia até o funcionamento do sistema educacional em Portugal. Isto inclui a entrada em grupos formados no Facebook por brasileiros que residem, ou que pretendem residir, no país.

A escolha do lugar para morar já estava direcionada pela indicação prévia de seu supervisor no pós-doutorado: ele apontou para Loures ou Almada. O mapa de Portugal foi minuciosamente explorado por ela, até que pudesse compreender as divisões geográficas e administrativas (distrito, conselho, freguesia), tão diferentes do Brasil. Descobriu que Lisboa era maior do que imaginava e que Portugal não era tão grande quanto parecia. Depois de muitos vídeos assistidos, incursões no Google Earth e matérias jornalísticas pesquisadas, escolheu pela Costa da Caparica. Feito isso, a missão era encontrar um apartamento para alugar, o que conseguiram com alguma facilidade, para o período de setembro até janeiro. Em agosto, graças à enorme especulação imobiliária por que passava Lisboa, à época, os valores dos aluguéis eram inviáveis, quase 5 vezes, e até 10 vezes, mais caros do que um mês “normal”. A solução foi aceitar permanecer em três quartos situados no andar superior da casa da sogra de seu senhorio, na freguesia de Corroios, localizada no concelho de Seixal, a uns vinte minutos de carro da Costa da Caparica.

Quanto às escolas, demoraram um pouco até compreender como era o funcionamento do sistema educacional em Portugal, especialmente o do Ensino Secundário, com a escolha por áreas de conhecimento e provas nacionais. Depois de uma semana observando as três filhas visitando as páginas na internet das escolas e separando as que mais gostavam, entenderam que não havia escolha, elas deveriam estudar nas escolas do Agrupamento da

Freguesia. Por um lado, para a mãe, foi um alívio, pois o que estava dado, decidido estava. Iniciou-se, então, o processo de pedido de visto junto ao Consulado, o apostilamento dos Históricos Escolares e a separação de todos os documentos que se julgava serem úteis para uma permanência mais longa, de seis meses, noutra país.

As duas páginas que passou a seguir no Facebook ajudaram até um determinado momento. As histórias de sucesso e de fracasso de imigrantes brasileiros em Portugal sucediam-se em ritmo muito frenético e isso gerou alguma ansiedade. Chegou a um ponto que excedeu os seus limites e parou de visitá-las.

Realizadas as matrículas, precisava, agora, encomendar os “manuais” e as “fichas de avaliação”, além de todo o material necessário para as três. Apenas a filha mais nova, de 10 anos, teria direito aos manuais gratuitamente, para as outras duas, deveria comprar os livros. Como o tempo delas na escola não seria muito longo, na verdade apenas de setembro até janeiro, tentou adquirir livros emprestados na própria escola, com colegas que elas fizeram nas primeiras semanas de aula e em páginas na internet em que algumas pessoas anunciam material usado por um preço acessível.

Com tudo encaminhado, em setembro mudaram-se para o apartamento alugado na Costa da Caparica, as aulas começaram e a rotina parecia entrar nos eixos. Sua pesquisa, então, começava a acontecer, de fato, já que teve acesso às escolas, para a aplicação do questionário, e aos adolescentes que se tornaram seus informantes, para as entrevistas em profundidade. Em casa, porém, evidências saltavam diante de seus olhos, o que a impedia de negar uma observação participante que se intensificava dia após dia, dentro de sua própria família. E não poderia, desta forma, ignorar o que estava acontecendo.

Sua filha de 10 anos adaptou-se muito bem à nova professora e aos novos colegas de classe. Mas não à sopa. No terceiro dia de aula, ela pediu-lhe, chorando, para almoçar em casa, pois não conseguia ingerir a sopa que era servida na escola, a qual “era obrigada”, segundo ela, a comer. Passou então a buscá-la diariamente, para que fizesse suas refeições no intervalo do almoço – e deparou-se com outras mães brasileiras, outras poucas portuguesas, e a um avô de origem oriental que, assim como ela, compreenderam a dificuldade de adaptação de suas crianças.

A outra, de 15 anos, não conseguiu fazer amigos, dizia-se solitária nos intervalos. Sua turma era composta só de portugueses. Tentou aproximar-se de algumas colegas, com elas trocou ideias, mas não estabeleceu nenhum vínculo de amizade. Decidiram trocá-la de escola, pois a área de conhecimento que desejava estudar, Artes, não estava disponível naquele agrupamento.

Isso implicou em vinte minutos a mais de viagem de ônibus diariamente, mas houve ganhos com relação à sua adaptação e ao seu rendimento escolar. Ainda assim, ela sentia muita falta das amigas e da escola que deixou no Brasil.

A terceira filha, de 17 anos, fez amizade com quatro brasileiras e brasileiros logo na primeira semana. Seu novo círculo de amizades, aliás, ajudou muito no campo, pois foi através dele que a pesquisadora conseguiu suas três primeiras entrevistas. A filha mais velha adaptou-se rapidamente ao lugar, tornou-se uma das melhores alunas de sua turma e decidiu ficar em Portugal – tornando-se, efetivamente, uma imigrante brasileira. Sentia falta apenas da “melhor amiga” que ficou no Brasil, com quem mantinha contato pelas redes sociais, e, segundo ela, “estava feliz como nunca”.

Com duas adolescentes em casa, uma de 15 e outra de 17 anos, ambas dentro do recorte etário de sua pesquisa (14 a 19 anos), com experiências e sentimentos tão opostos, se viu diante de uma situação inesperada – não como mãe, mas como observadora. Como poderia lidar com um material tão relevante? Deveria incluir tais observações em sua pesquisa ou, ao contrário, simplesmente ignorá-las? Mas ela não deveria deixar o campo falar? Neste caso, ele estava “gritando”. São essas as questões que passaram a existir, à revelia de suas certezas teórico-metodológicas.

A inevitabilidade dos fatos está presente neste breve relato, o qual, ele mesmo, já se anuncia como um ensaio para uma autoetnografia. Um pouco pela narrativa, autobiográfica, e muito pela análise que suscita – embora ainda crua, sem muita emoção. A partir de uma perspectiva mais subjetiva desses fatos, talvez se possa compreender melhor alguns fenômenos observados e que mostram-se pertinentes para o estudo que iniciava em Portugal: (1) o lugar nem sempre privilegiado do adolescente dentro de um projeto coletivo e familiar da migração, (2) o impacto das mudanças em suas vidas cotidianas, gerando, em um primeiro momento, “tristeza” e “depressão”, segundo seus próprios relatos, (3) a língua como mediadora para uma “nova” identidade e (4) a ruptura com os “amigos” do Brasil e com sua própria infância. Essas primeiras premissas resultam do material coletado no trabalho de campo, junto aos informantes, mas bem poderiam ter sido observados, também, dentro de casa.

○ fato de estarem tomando lugar dentro de sua família invalidaria todos esses dados, ao ponto de serem desprezados em suas observações e anotações? Se o campo estava “falando”, ou melhor, “gritando”, seria o caso de não o ouvir? A enorme preocupação com a neutralidade do pesquisador – que sabemos ser utópica e inalcançável em sua totalidade – seria uma contribuição ou, ao contrário, estaria sabotando a pesquisa?

Como pesquisadoras, seríamos mais importantes, teríamos, portanto, mais autoridade do que o próprio campo? É o ponto mais importante: levar os filhos para uma experiência de pós-doutorado seria uma forma política, de resistência, de marcar e de reivindicar o lugar de mãe-pesquisadora, de mulher, diante do campo acadêmico, que parece ainda conduzido por uma visão masculina dominante que colocaria a mulher “dentro de casa” enquanto os homens “vão para a rua”? Tais questões passaram a existir, à revelia de certezas teórico-metodológicas. A inevitabilidade dos fatos estava presente nesta breve narrativa, a qual, ela mesmo, já se anunciava como um ensaio para uma autoetnografia.

Enquanto o primeiro relato trata de uma experiência vivida fora do país, o relato da segunda autora segue em direção oposta, para dentro de casa, durante o isolamento social imposto pelas autoridades frente à pandemia da Covid-19. O trabalho de campo da pesquisa de doutorado foi realizado justamente durante o primeiro ano de pandemia, a partir de pesquisa documental, tendo como tema a cultura do quarto juvenil. Ao mesmo tempo em que a pesquisa se desenrolava, embaixo de seus olhos, a filha que entrou em isolamento ainda criança, com seus 9 anos, só voltou para a escola às vésperas do aniversário de 11 (idade já considerada adolescência pela Organização Mundial de Saúde – OMS, que preconiza que a adolescência abrange os indivíduos entre 10 e 19 anos). Impedida de sair de casa, e tendo que dividir em tempo integral os espaços comuns da residência com a família, a filha adolescente passou a ficar cada vez mais tempo em seu quarto, com suas coisas, assistindo seus vídeos e tendo o contato com o mundo exterior, fosse por troca de mensagens e jogos com os amigos, fosse assistir aulas da escola, de dentro de seu quarto. Se o quarto individual é o “templo sagrado” dos jovens, onde eles se sentem mais seguros e à vontade, espaço em que colocam suas coisas preferidas e desfrutam de alguma privacidade, essa ligação mais estreita com o quarto começou a poder ser observada dentro mesmo de casa. A mãe, pesquisadora, no computador analisando vídeos de tour pelo quarto no YouTube, enquanto a filha, no cômodo ao lado, vivenciava ela mesmo o processo de construir uma estreita relação com seu quarto, embasando processos de subjetividades tão característicos dessa adolescência. Como evitar a observação dentro da própria casa? E mais, por que evitar?

Cabe ainda destacar, como discutido na seção anterior, os desafios de se realizar esse trabalho de campo da tese justamente em plena vigência da pandemia, em meio aos cuidados com os filhos em tempo integral (a autora é também mãe de um filho que tinha quatro anos quando a pandemia começou). Como poderia o olhar de pesquisadora ficar à parte, salvaguardado

diante de um contexto tão imponente? A pandemia impactou nossas vidas, nossas pesquisas, nossos filhos, e, sem dúvida, nossos trabalhos de campo. Desconsiderar isso seria, aí sim, enviesar o olhar.

Há autores das Ciências Sociais que citam vivências pessoais como inspiração, ou como parte integrante da própria construção de seus objetos de estudo. Para citar dois, temos Löic Wacquant (2002), que ao se matricular em uma academia de boxe de Chicago, acabou por realizar um amplo estudo sobre a realidade daquele esporte para os praticantes que lá conheceu, majoritariamente negros e de baixa renda; e Mariza Peirano (2014), quando afirma que:

[...] a pesquisa de campo não tem momento certo para começar e acabar. Esses momentos são arbitrários por definição e dependem, hoje que abandonamos as grandes travessias para ilhas isoladas e exóticas, da potencialidade de estranhamento, do insólito da experiência, da necessidade de examinar por que alguns eventos, vividos ou observados, nos surpreendem (Peirano, 2014, p. 379).

Mas, por que resistimos à autoetnografia? O que ocorre na prática autoetnográfica, para alguns autores, como Sarah Wall (2006), é que a conduta reflexiva é evitada, já que, segundo seus pressupostos, a observação é sempre atravessada por interpretações e subjetividades condicionadas e condicionantes. Difícil, portanto, assumir que a falta de objetividade do observador, que toma a si mesmo como um observado, crie condições para que se estabeleça uma perspectiva que seja dialógica com a cultura à qual pertence, posto que é tecida, em sua narrativa, com a subjetividade, as emoções, as impressões pessoais e as experiências que, aliás, sustentam a defesa da autoetnografia, dentro dos pressupostos da pós-modernidade. Por outro lado, em alguns casos, apenas assumindo a sua experiência pessoal subjetiva, pode-se, de fato, avançar na direção de uma discussão que entrecruze a teoria e a empiria com a propriedade que alguns temas reivindicam. Tanto, que a autoetnografia tem encontrado bastante espaço em estudos voltados para, segundo Wall (2006), grupos silenciados, que encontram nessas “novas” epistemologias a produção de novos saberes, dedicados a problemas e situações específicas, eliminando o risco de uma representação equivocada do Outro. Este artigo acompanha esse caminho, ao provocar uma reflexão sobre o lugar da mulher pesquisadora no campo acadêmico.

3 A autoetnografia e a reflexividade

Segundo Silvio Santos (2017), a autoetnografia é uma derivação dos trabalhos que foram pioneiramente empreendidos pelos interacionistas da Escola de Chicago, no âmbito da etnografia urbana e organizacional. Na Antropologia, segundo o autor, a palavra “autoetnografia”, tal qual a tratamos hoje, foi cunhada por David Hayano, em 1979, embora Raymond Firth, em 1966, Karl Heider, em 1975, e Walter Goldschmidt, em 1977, também já tenham a ela se referido. Hayano, para Santos (2017), foi quem assumiu a autoetnografia como uma prática dos antropólogos que tomam a si próprios como os sujeitos de suas etnografias, interligando suas vivências pessoais com identidades ou associações de grupos sociais. A década de 1980 marca uma abordagem mais pessoal na antropologia, sociologia, comunicação e estudos de gênero. Santos continua na construção do percurso da categoria “autoetnografia”, apresentando a década de 1990 como quando se pode identificar uma corrente teórico-metodológica pós-moderna em que passa a ser conhecido um “movimento autoetnográfico” que vem para desafiar os preceitos tradicionais e já institucionalizados da etnografia. Carolyn Ellis se destaca, entre muitas outras, e muitos outros, que vão em defesa da autoetnografia.

Ellis (1999) narra, na primeira pessoa e na forma de diálogo, o processo de transformação por que passa uma aluna de mestrado que a visita em seu gabinete, a fim de convidá-la para compor sua banca de avaliadores, mas que se vê, de repente, diante de uma prática que não conhecia, a autoetnografia. Sylvia Smith, a aluna, foi ensinada a seguir o rigor da etnografia clássica e, desta forma, informa a Ellis que se espera um trabalho de campo mais tradicional. Na medida em que lemos o artigo de Ellis, no qual, passo a passo, a autora explica didaticamente o que é e como se faz a autoetnografia, percebemos que uma de suas características é provocar em quem lê uma espécie de empatia com a situação que é ali narrada. Por meio da leitura de Ellis (1999), portanto, serão destacados pontos úteis para o desenvolvimento de nossas reflexões:

Autoetnografia é um gênero autobiográfico de escrita e pesquisa que revela várias camadas de consciência. Os autoetnógrafos observam atentamente, olhando de um lado para outro, primeiro através de uma lente etnográfica grande angular, focalizam os aspectos sociais e culturais de sua experiência pessoal; depois, eles olham para dentro, expondo um eu vulnerável que é movido e pode se mover, refratar e resistir a interpretações culturais (cf. Deck, 1990; Neumann, 1996; Reed-Danahay, 1997). À medida que se inclinam para trás e para frente, para dentro e para fora, as distinções entre

o pessoal e o cultural tornam-se confusas. Comumente escritos na primeira pessoa, os textos autoetnográficos aparecem em uma variedade de formas - contos, poesia, ficção, romances, ensaios fotográficos, ensaios pessoais, diários, escrita fragmentada e em camadas, e prosa de ciências sociais. Nestes textos, ações concretas, diálogo, emoção, corporalidade, espiritualidade e autoconsciência são apresentados, aparecendo como histórias relacionais e institucionais impactadas pela história e estrutura social que são reveladas dialeticamente através de ações, sentimentos, pensamentos e linguagem (Ellis, 1999, p. 673)⁵.

○ “inclinam para trás e para a frente, para dentro e para fora” e o borramento entre o cultural e o pessoal apontam para uma oscilação entre a subjetividade e a objetividade. Há, podemos então supor, um movimento também de reflexividade, ao contrário do que possa indicar a posição radical contra o distanciamento científico. Afinal, reagindo a uma inclinação para a frente e para dentro, segue-se outra contrária, para trás e para fora. Diferentemente do que faz parecer Wall (2006), para quem práticas e métodos insurgentes da pós-modernidade, tal qual a autoetnografia, desafiam o conceito de reflexividade abraçado pela comunidade acadêmica mais tradicional, Ellis (1999) deixa claro que considera que ela é parte do processo daquilo que defende. Enquanto, de um lado, Wall assume que o distanciamento de uma conduta reflexiva é uma questão central para aqueles que questionam as noções tradicionais de ciência, com sua objetividade e a neutralidade do pesquisador, do outro Ellis enfatiza que se trata de um aspecto fundamental para quem deseja fazer autoetnografia e que, sem isso, não é possível realizá-la. Esta objetividade na autoetnografia se dá no momento em que se “entra” e se “sai” da “recordação emocional”: “É por isso que é bom escrever sobre um evento enquanto seus sentimentos ainda são intensos e, em seguida, voltar para ele quando você está emocionalmente distante” (Ellis, 1999, p. 1975)⁶.

Retomamos a clássica discussão entre dois dos maiores nomes da antropologia no Brasil, Roberto da Matta e Gilberto Velho, sobre o próximo/

5 Tradução livre do original: “Autoethnography is an autobiographical genre of writing and research that displays multiple layers of consciousness. Back and forth autoethnographers gaze, first through an ethnographic wide angle lens, focusing outward on social and cultural aspects of their personal experience; then, they look inward, exposing a vulnerable self that is moved by and may move through, refract, and resist cultural interpretations (cf. Deck, 1990; Neumann, 1996; Reed-Danahay, 1997). As they zoom backward and forward, inward and outward, distinctions between the personal and cultural become blurred, sometimes beyond distinct recognition. Usually written in first-person voice, autoethnographic texts appear in a variety of forms—short stories, poetry, fiction, novels, photographic essays, personal essays, journals, fragmented and layered writing, and social science prose. In these texts, concrete action, dialogue, emotion, embodiment, spirituality, and selfconsciousness are featured, appearing as relational and institutional stories impacted by history and social structure, which themselves are dialectically revealed through actions, feelings, thoughts, and language” (Ellis, 1999, p. 673).

6 Tradução livre do original: “That’s why it’s good to write about an event while your feelings are still intense and then to go back to it when you’re emotionally distant.” (Ellis, 1999, p. 675).

distante, familiar/exótico. Em 1972, Roberto da Matta (1978) em *O ofício de etnólogo, ou como ter anthropological blues*, sai em defesa de uma maior atenção à relação entre o etnólogo e seus informantes, que sempre é subjugada pela necessidade do distanciamento e da objetividade: “Seria possível dizer que o elemento que se insinua no trabalho de campo é o sentimento e a emoção. Estes seriam, para parafrasear Lévi-Strauss, os hóspedes não convidados da situação etnográfica” (Da Matta, 1978, p. 7). O autor propõe incorporar no campo elementos “extraordinários ou carismáticos” que surgem exatamente no relacionamento humano. Seria, então, um movimento de aproximar o que está, segundo ele, numa imposta “distância social”, transformando o familiar em exótico e e/ou o exótico em familiar. O autor condiciona, portanto, o “exótico” a uma “distância social” – e, por oposição, o “familiar” a uma proximidade social. No mesmo ano de 1978, Gilberto Velho (1999) publica *Observando o familiar*, em que promove um diálogo com Da Matta. Para Velho, nem tudo que é distante socialmente nos é exótico e, da mesma forma, nem tudo que nos é próximo é familiar, chamando atenção para a importância da subjetividade no processo de observação do Outro, seja ele próximo ou distante, familiar ou exótico, e sublinha “a necessidade de percebê-lo [o rigor científico] enquanto objetividade relativa, mais ou menos ideológica e sempre interpretativa” (Velho, 1999, 129). O diálogo de Velho (1999) com Da Matta (1978) ilustra dois aspectos da discussão sobre a autoetnografia a partir de Ellis (1999): em primeiro lugar, na reivindicação do sentimento e da emoção como partes do processo de construção da etnografia; e em segundo, a consciência de que o “familiar” e o “exótico” podem estar, respectivamente, “distantes” e “próximos” socialmente. Ou não, muito ao contrário. Por que não assumir que encontrar o exótico no familiar pode acontecer entre o pesquisador e si próprio, por meio de suas emoções, sentimentos, experiências, enfim, tudo o que vai dentro de sua subjetividade? Não seria isso o que acontece, nas palavras de Ellis (1999), quando os autoetnógrafos “se inclinam para trás e para frente, para dentro e para fora”?

4 Concluindo e resistindo na autoetnografia

Para as conclusões, evidenciam-se algumas das mais duras críticas à autoetnografia, que partem de Sara Delamont (2007): pernicioso para a ciência, intelectualmente preguiçoso, antiético, nada analítico e muito experiencial, centrada nos mais privilegiados, negligente com o social. Todas as acusações podem ser associadas ao imperativo da reflexividade do pesquisador. Pois seria ela a impedir, por exemplo, a falta de objetividade científica, o olhar ensimesmado, a vulnerabilidade do observador e de outras

peças envolvidas naquilo que se narra, o caráter experiencial sobrepondo-se à análise rigorosa, o olhar menos voltado para o Outro (familiar ou exótico) e para os fenômenos que acontecem “do lado de fora”, com distanciamento. Alguns dos argumentos são sensivelmente fortes e nos colocam a pensar sobre a validade da autoetnografia. Trazendo a reflexão para as pesquisas que a inspiram, talvez o ponto mais crítico seja mesmo o da ética e das vulnerabilidades, não as nossas, como autoetnógrafas, mas as de nossas filhas. Optando-se por empreender no sentido de uma autoetnografia, será necessário expor a experiência de crianças e adolescentes por um breve período de tempo, que envolvem fragilidades, sentimentos, intimidades que não estaremos autorizadas a explorar. Os laços de mãe e filhos são fundamentais para que a narrativa a ser escrita, de caráter autobiográfico, faça sentido. Uma das alternativas apresentadas por Ellis para Sylvia é a de mudar nomes a fim de disfarçar identidades. No nosso caso, não seria possível.

Tendemos a pensar que o social é intrínseco à vida cotidiana. Para José Machado Pais (2015), o sociólogo precisa estar atento às rotinas e às rupturas diárias quando o que se passa, muitas vezes, é simplesmente nada. É prestar mais atenção nos significantes do que nos significados, é vaguear pela vida social que nos cerca: “Ora bem, a “alma” da sociologia do quotidiano não está nos factos – os factos são o vistoso, a cauda do pavão” (Pais, 2015, p. 33). E a vida cotidiana é cheia de subjetividades. O que aconteceu “dentro de casa”, enquanto a autora permaneceu fora do Brasil com suas filhas era vida cotidiana revelando muito do social. É o que aconteceu dentro de casa, desta vez sem aspas, com a segunda autora na pandemia, também.

Devemos desprezar os dados que estão disponíveis em nossas memórias para serem coletados? Ellis (1999) não vê problema na distância temporal e nem na falta de notas de campo, no caso da autoetnografia. E com ela concordaria Pais (2015), afinal, o que é o real, senão representação e interpretação? É evidente que o lugar de quem observa, o do etnógrafo, é sempre o mais privilegiado. Busca-se o ponto de vista nativo, mas ele passa, inevitavelmente, pelos filtros de subjetividade e de interpretação de seu observador. Por outro lado, como aponta Ellis (1999), há uma vulnerabilidade também inevitável no autoetnógrafo, que se coloca à disposição para ser explorado por olhares nem sempre generosos.

Não menos importante, muito ao contrário, é o caráter de resistência da autoetnografia, ao dar voz e legitimar a experiência subjetiva e autobiográfica de determinados grupos. Pensamos em nossas próprias autoetnografias, que narrariam a experiência de duas pesquisadoras, mulheres, mães, uma que

decide partir para um outro país para um pós-doutorado com suas três filhas, e outra que leva a cabo um trabalho de campo de doutorado, de dentro de casa, em isolamento social com os filhos, na pandemia, a fim de investigar as dinâmicas sociais que decorrem na adolescência confrontada com condições que a desafiam. O presente texto foi um exercício reflexivo metodológico para decisões nem sempre simples que enfrentamos em nosso ofício como pesquisadoras. A autoetnografia parece mostrar-se como um caminho legítimo e válido, dentro do contexto de nossas pesquisas, associando-se a outros “tradicionais” já adotados. Resta agora responder à pergunta: resistimos à autoetnografia ou resistimos na autoetnografia?

Referências

ALMEIDA, Carolina. Mulheres são minoria entre reitores e nas bolsas de pesquisa mais prestigiadas. In: **O Globo**, 28/01/2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/mulheres-sao-minoria-entre-reitores-nas-bolsas-de-pesquisa-mais-prestigiadas-22336228?utm>>. Acesso em: 02 de dezembro de 2022.

ARAÚJO, Lígia Mara Boin Menossi de; MANZANO, Luciana Carmona Garcia. Identidades e (não)lugares da maternidade na ciência: discursos e contra-discursos nas mídias contemporâneas. In: **Estudos Linguísticos**, v. 49. n. 3, pp. 1185 - 1199. São Paulo, dez. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.21165/el.v49i3.2644>>. Acesso em: 08 de junho de 2023.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

----- **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

DA MATTA, Roberto. O ofício do etnólogo, ou como ter anthropological blues. In: **Boletim do Museu Nacional**, Rio de Janeiro, n. 27, 1978, pp. 1 - 12.

DELAMONT, Sara. Arguments against Auto-ethnography. In: **British Educational Research Association Annual Conference**, Institute of Education, University of London, 5-8 September, 2007.

ELLIS, Caroline. Heartful Autoethnography. In: **Qualitative Health Research**, v. 9, n. 5, 1999.

FERREIRA, Gabriela; SOUZA, Alicia Aparecida de; SILVEIRA, Camila. Vozes-mulheres: trajetórias de professoras mães-cientistas. In: **Cadernos de Gênero e Tecnologia**. Curitiba, v. 13, n. 42, pp. 185 - 201, jul/dez. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt/article/view/11030>>. Acesso em: 02 de dezembro de 2022.

PAIS, José Machado. **Sociologia da vida cotidiana**: teorias, métodos e estudos de caso. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2015.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. In: **Horizontes Antropológicos**. v. 42, pp. 377 - 391, 2014.

SANTIAGO, Eneida. Carreira acadêmica de mulheres e dinâmicas de gênero: reflexões para a constituição de políticas públicas de apoio à maternidade no meio científico. In: **Revista Espaço Acadêmico**. Edição especial. Agosto de 2022. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/download/64020/751375154632/>>. Acesso em: 02 de dezembro de 2022.

_____. Desafios no/do Percurso Metodológico de Mulheres Pesquisadora: Reflexões Subversivas da Ideia de uma Ciência Neutra. In: **Interação em Psicologia**, v. 24, n. 2, 2020. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/68098>>. Acesso em: 02 de dezembro de 2022.

SANTOS, Silvio Matheus Alves. O método da autoetnografia na pesquisa sociológica: atores, perspectivas e desafios. In: **Plural. Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP**, São Paulo, v. 24.1, 2017, pp. 214 - 241.

STANISCUASKI, Fernanda *et al.* Gender, Race and Parenthood Impact Academic Productivity During the COVID-19 Pandemic: From Survey to Action. In: **Frontiers in Psychology**. v. 12, article 663252, May 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.3389/fpsyg.2021.663252>>. Acesso em: 08 de junho de 2023.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura**: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

WALL, Sarah. An Autoethnography on Learning About Autoethnography. In: **International Journal of Qualitative Methods**, 5(2), 2006.

VALENTOVA, Jaroslava Varella; OTTA, Emma; SILVA, Maria Luisa. McELLIGOT, Allan G. Underrepresentation of women in the senior levels of Brazilian science. In: **PeerJ** 5:e4000, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.7717/peerj.4000>>. Acesso em: 02 de dezembro de 2022.

WACQUANT, Löic. **Corpo e Alma**: Notas etnográficas de um aprendiz de boxe. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

Recebido em junho de 2023.

Aprovado em fevereiro de 2024.